

**OS OBJETOS MATERIAIS DO COTIDIANO DE UM MUNICÍPIO EM  
FORMAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NA CULTURA MATERIAL DE  
VARGINHA-MG NA PASSAGEM DO XIX PARA O XX**

Natânia Silva Ferreira

Doutoranda do Programa de Desenvolvimento Econômico da UNICAMP

Email: [natania.silvaferreira@gmail.com](mailto:natania.silvaferreira@gmail.com)

Estudar a cultura material de uma localidade remete a produção e ao consumo; diz respeito às especificidades da alimentação e do vestuário; concerne ao entendimento da construção e do uso de habitações privadas e imóveis públicos; por meio de particularidades da cultura material, é possível assimilar relações sociais, culturais, urbanas e econômicas de uma sociedade. A virada para o novecentos foi marcada por crescimento econômico, urbanização, alterações no consumo e nos hábitos de vida em diferentes regiões mundiais. Na época, municípios brasileiros se emancipavam, como foi o caso de Varginha, município do Sul mineiro, que se emancipou em 1882. Assim, o objetivo deste artigo é compreender as transformações na cultura material de Varginha na passagem para o século XX, com destaque para os objetos materiais (de uso pessoal, utensílios domésticos e de trabalho). Para cumprimento do objetivo, foram utilizados 275 inventários *post-mortem* da Comarca de Varginha, que se encontram sob guarda do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. As fontes revelaram que costumes e hábitos de vida de varginhenses se transformavam: em meio às tradições voltadas ao campo, aos poucos, o consumo do que era considerado diferenciado fazia parte da dinâmica municipal.

**Palavras-Chave:** Objetos materiais. Cultura material. Varginha.

## 1. Breve abordagem teórica sobre cultura material

O principal conceito teórico deste artigo é o de cultura material. Parte-se, portanto, da noção de cultura, que pode ser explicitada por meio de alguns autores. Segundo Silva; Silva (2015),

o significado mais simples desse termo afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo que é produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica (SILVA; SILVA, 2015, p. 85).

Para o antropólogo canadense Grant McCracken, a cultura pode ser definida como “ideias e atividades através das quais fabricamos e construímos nosso mundo”. (MCCRACKEN, 2003, p. 11). De acordo com o historiador Marcelo Rede, “concebeu-se a cultura como a somatória de componentes discretas (ideológica; sociológica; material) distribuídas estratigraficamente. É tal visão que permitiu a diferenciação entre níveis materiais e imateriais da cultura” (REDE, 1996, p. 273).

Um dos principais nomes dentro da História Econômica quando o assunto é cultura material é o de Fernand Braudel (1997). Sua obra principal sobre o tema, *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)*, foi dividida em três volumes: o primeiro volume, dedicado às estruturas do cotidiano (ou à civilização material); o segundo volume, dedicado aos jogos das trocas (ou à economia); e, o último volume, dedicado ao tempo do mundo (ou ao capitalismo).

A respeito da vida material, escreveu Braudel que remete a “homens e coisas, coisas e homens. Estudar as coisas – os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, os instrumentos monetários, a definição de aldeia ou cidade –, em suma, tudo aquilo de que o homem se serve” (BRAUDEL, 1997, vol. 1, p. 19).

Outro autor importante que tratou da cultura material foi historiador francês Daniel Roche (2000). Sua visão acerca do tema não diverge totalmente da visão de Braudel, porém, fez uma crítica à *Civilização material*:

Sem dúvida, na história a vida material estabelece “os limites do possível e do impossível”, como desejava Braudel, mas ela o faz na imbricação de contextos sociais de informações e de comunicações que organizam a significação das coisas e dos bens (...) (ROCHE, 2000, p. 13).

A divisão de *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)* em três partes mostra que a civilização material (ou cultura material) corresponde ao “primeiro andar” da sociedade, que está, de certa forma, separado das outras esferas (a economia e o capitalismo). Escreveu Braudel que “este esquema tripartido, que lentamente se foi esboçando diante de mim à medida que os elementos de observação se ordenavam praticamente por si, é provavelmente o que os meus leitores acharão mais discutível na presente obra” (BRAUDEL, 1997, vol. 1, p. 12).

Nas palavras de Roche, “da vida material à economia de mercado, desta ao desenvolvimento do capitalismo, a realidade se constrói por estratos superpostos que se articulam entre si, mas permanecem, em parte, dissociados: o estrato da vida material se esquivava do domínio da civilização do mercado (...)” (ROCHE, 2000, p. 16).

Ainda que Braudel não tenha ressaltado uma conexão mais precisa entre as estruturas do cotidiano, a economia e o capitalismo, seu trabalho é de suma importância para a temática de cultura material, já que o autor tratou do cotidiano, analisando especificidades da cultura material de diferentes partes do mundo. No primeiro volume de sua obra, por exemplo, Braudel dedicou um capítulo ao “supérfluo e o costumeiro: alimentos e bebidas” e um outro ao “supérfluo e o costumeiro: o *habitat*, o vestuário e a moda”, que retrataram aspectos de cultura material de diferentes partes do mundo, especialmente da Europa.

De igual maneira, o trabalho de Roche é relevante para a temática porque o autor tratou da vida cotidiana. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*, especialmente na segunda parte, destacou o que foi denominado por seu escritor de “a vida comum”, envolvendo tópicos como as casas rurais

e urbanas, os móveis e objetos, o vestuário e a aparência, o pão, o vinho e o paladar (ROCHE, 2000, segunda parte: a vida comum).

Braudel e Roche se debruçaram sobre estudos de cultura material, deixando clara a relevância do tema para a História e contribuindo para o entendimento teórico. Nas palavras de Roche:

Duas razões principais se conjugam atualmente para que nos interessemos pela história da civilização material, da cultura material, da vida cotidiana. Primeiramente, é um meio de contribuir para uma releitura mais geral da história econômica e social – de sermos fiéis à nossas origens intelectuais pessoais (...) Em seguida, essa história intelectual e cultural desejaria explicar os fenômenos da vida que, individual ou coletivamente, dizem respeito à apropriação (ROCHE, 2000, p. 11-12).

Vale ressaltar que cultura material não se resume apenas ao estudo de objetos materiais. Além disso, implica, especialmente, na averiguação das relações sociais que estão por trás do consumo de bens materiais (REDE, 1996, p. 273; MILLER, 2007, p. 44).

Materialidade e imaterialidade caminham conjuntamente em se tratando de cultura. As relações sociais ou conflitos de interesse numa sociedade (imaterialidades), por exemplo, podem ser compreendidos por meio da utilização de determinados bens pessoais ou vestimentas, construção de moradias e prédios públicos, transformações no espaço urbano (materialidades).

É possível afirmar que estudar a cultura material de determinada sociedade diz respeito à compreensão da produção e do consumo<sup>1</sup> de objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e de trabalho<sup>2</sup>; diz respeito às especificidades da alimentação<sup>3</sup> e do vestuário<sup>4</sup>; diz respeito, ainda, ao entendimento do uso e da construção das habitações privadas<sup>5</sup>, bem como de espaços exteriores, como imóveis públicos, ruas e praças<sup>6</sup>. Por meio do entendimento das particularidades do consumo, dos usos e das construções, dos hábitos

---

<sup>1</sup> Para um estudo sobre consumo e cultura material na passagem para o século XX, cf.: OLIVEIRA (2009).

<sup>2</sup> Sobre objetos materiais diversos, cf.: MILLER (2013).

<sup>3</sup> Para um apanhado acerca de estudos sobre alimentação, ver: MENESES; CARNEIRO (1997).

<sup>4</sup> Sobre bibliografia em português para indumentária e moda, cf.: ALMEIDA (1995).

<sup>5</sup> A respeito de moradia, ver: OLIVEIRA (2003).

<sup>6</sup> Para um trabalho sobre espaços exteriores, cf., dentre outros: ABREU; LIMA; FISCHER (2018).

de vida, é possível assimilar as relações sociais, culturais, urbanas e econômicas de uma sociedade.

No caso deste trabalho, dentro dos elementos de cultura material, serão frisados os objetos materiais do cotidiano do município de Varginha na passagem para o século XX: objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e instrumentos de trabalho. Desta forma, na próxima seção será descrito sobre a formação do município e suas atividades econômicas.

## **2. O surgimento do município varginhense e as principais atividades econômicas**

Anos antes de 1806, o casal Francisco Alves da Silva e Tereza Clara Rosa da Silva adquiriu as terras onde mais tarde se localizaria Varginha, tendo as vendido ao alferes Manoel Francisco de Oliveira no ano de 1806; posteriormente, elas foram doadas à diocese de Campanha (SALES, 2003).

Ávila (1983) afirmou que o povoado surgiu em fins do século XVIII, por volta de 1785, e se encontrava no meio do caminho que ligava a Vila de Campanha<sup>7</sup> ao Sertão de Três Pontas. A exemplo da tradição observada em grande parte dos povoados mineiros, surgidos no século XIX, à área inicial de Varginha compreendia cerca de 48 alqueires, que correspondiam às terras doadas para a diocese de Campanha para a construção da capela de Espírito Santo de Catanduvás (ÁVILA, 1983, p. 02).

Entre 1785 e 1820 foram construídas no local cerca de seis casas de telhas. No ano de 1824, o arraial contava com cerca de 1.550 habitantes, distribuídos pelas fazendas já formadas ou em formação (ÁVILA, 1983, p. 08). Pela Lei nº 471, de 01 de junho de 1850, o antigo curato do Espírito Santo da Varginha se transformou em freguesia, sendo subordinada ao município de Três Pontas (VEIGA, 1884, p. 182).

Em meio a um contexto de fortificação da economia cafeeira por Minas Gerais e do aumento do número de municípios da região Sul da província, Varginha se emancipou

---

<sup>7</sup> A região do Sul de Minas Gerais foi emancipada em 1789 com a paróquia de Campanha da Princesa. Localizada a princípio na Comarca do Rio das Mortes, Campanha se tornou a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir do ano de 1833, tendo suas fronteiras delimitadas ao norte pelo Rio Grande e ao sul e sudeste pela serra da Mantiqueira. O município de Campanha foi desmembrado na primeira metade do século XIX em seis outros municípios: Baependy (1814), Jacuhy (1814), Pouso Alegre (1831), Lavras (1831), Jaguary (1840) e Itajubá (1848).

do município de Três Pontas em 1882, tendo sido formado inicialmente pela cidade de Varginha e os distritos de Pontal (emancipado em 1911) e Carmo da Cachoeira (emancipado em 1938).

Aos dezecete dias do mez de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, reunido no Paço da Camara Municipal desta Villa, a hora que pelo Senhor Presidente da municipallidade da cidade de Três Pontas Azarias Ferreira de Mesquita foi marcada para a installação e posse desta Villa os Senhores Vereadores José Maximiano Baptista, Domingos Teixeira de Carvalho, João Alves de Govêa, Francscisco de Paula e Silva, Matheus Tavares da Silva e Joaquim Antonio da Silva foi pelo dito Presidente deferido juramento na forma da Lei (...) (ACMV, 1882, fl. 01).

Naquela reunião, foi escolhido o primeiro presidente da Câmara Municipal, Matheus Tavares da Silva,<sup>8</sup> sendo o vice presidente, José Maximiano Baptista<sup>9</sup>.

Dentre as atividades econômicas do município de Varginha entre o final do século XIX e o início do século XX, serão destacadas: o café, o comércio, a ferrovia, as instituições bancárias e as fábricas.

De acordo com José Lefort (1950), o café foi introduzido em Varginha por volta de 1870, apenas para o consumo local de seus plantadores, sem ainda ser comercializado (LEFORT, 1950 apud SALES, 2003). Mas a cultura desenvolveu-se, dentro dos limites estruturais de Varginha, de forma satisfatória. Já em 1893, afirmou Rubião (1919) que era inaugurada no município a primeira máquina de beneficiar café (RUBIÃO, 1919 apud SALES, 2003). Em 1920 eram 113 estabelecimentos de beneficiar, “tendo eles produzido 23.916 quintais, nos seus 4.394.000 pés de café” (LEFORT, 1950 apud SALES, 2003, p. 285).

Ávila (1983) afirmou que a tendência e vocação de Varginha para o comércio foi estabelecida na época de sua caracterização como pequeno núcleo urbano de serviços para uma sociedade de estrutura fundiária rural. A princípio, mencionou o autor que essa

---

<sup>8</sup> Major Matheus Tavares da Silva foi descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 (Veiga, 1884, p. 187-189) como capitalista, negociante, fazendeiro com engenho movido por água, tropeiro e açougueiro. Contribuiu financeiramente para que novo serviço (a ferrovia) passasse por Varginha. Dentre os moradores do município na passagem para o XX, foi um do que mais posses detinha, concentrando uma riqueza de cerca de 444 contos de réis. Faleceu em 1905 deixando dois filhos.

<sup>9</sup> Descrito no Almanach Sul-Mineiro para 1884 (Veiga, 1884, p. 187) como proprietário de estabelecimento de secos e molhados.

tendência e vocação se cumpriam em relação quase apenas aos contingentes agrícolas do próprio município (ÁVILA, 1983, p. 14).

Mas Veiga, em seu Almanach Sul Mineiro para 1874, assegurou que Varginha enviava para a corte alguns gêneros, tais como fumo e toucinho, porcos e gado vacum. E recebia de lá ferragens, louça, bebidas e sal, este último, em grande quantidade, se comparado com os demais itens importados, chegando a mais de 3.000 sacas anualmente (VEIGA, 1874, p. 186).

Isso mostra, assim como ocorreu para o Sul de Minas como um todo ao longo do século XIX<sup>10</sup>, a relevância do comércio de abastecimento, que também estava presente em Varginha, antes ainda de ser transformada em cidade.

Depois da emancipação, o comércio varginhense se ampliou, atendendo a comunidade da cidade e a de algumas outras localidades do Sul de Minas. Dentre as casas comerciais e de serviços varginhenses, se encontravam comércios de venda por atacado e varejo, estabelecimentos de secos e molhados, farmácias, relojoarias, alfaiatarias, oficinas de sapateiros, salões de barbeiros e cabeleireiros, consultórios médicos e de dentistas (SALES, 2003, p. 280-281).

A movimentação que a cafeicultura e o comércio levaram até Varginha ocorreu devido também a uma inovação para a época e para a sociedade varginhense: a estrada de ferro. No dia 28 de maio de 1892, a estação férrea em Varginha, partindo de Três Corações, foi inaugurada.

Segundo Sales (2003), o projeto original para a Estrada de Ferro Muzambinho não contava com uma estação em Varginha dada a elevação dos terrenos na cidade. Entretanto, Matheus Tavares da Silva, o primeiro presidente da Câmara Municipal, rico fazendeiro e comerciante, pessoa influente na municipalidade, interviu para possibilitar a passagem da estrada de ferro por Varginha. Uma estação da estrada de ferro Muzambinho seria inaugurada em Varginha com um acréscimo de 100 contos de réis, que foi o valor

---

<sup>10</sup> Segundo Celso Furtado: “A cidade do Rio representava o principal mercado de consumo do país e os hábitos de consumo de seus habitantes se haviam transformado substancialmente a partir da chegada da corte portuguesa. O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração” (FURTADO, 1963, p. 114-115).

financiado por Matheus Tavares da Silva (SALES, 2003, p. 182-184). No inventário do major havia uma passagem dizendo que “declarou mais o inventariante que o espólio possui uma cautela da Estrada Muzambinho”. O valor da cautela era de 50 contos de réis.

Para Matheus Tavares da Silva, a passagem da estrada de ferro por Varginha contribuía para a expansão de seus próprios interesses. Além de ser membro da elite política da cidade, primeiro presidente da Câmara Municipal de vereadores, o major, como negociante, comerciante, fazendeiro e produtor de café, financiou parte da ferrovia porque o serviço seria necessário para a expansão de suas atividades econômicas.

Com a estrada de ferro passando por Varginha, o comércio, que já se fazia presente na cidade, passou a se expandir, porque mercadorias poderiam ser enviadas a outras cidades, não apenas do Sul de Minas, mas de outras localidades de Minas Gerais e para estados vizinhos. Em 1913, por exemplo, o município exportou uma média anual de 400 mil arrobas de café (Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios de MG, 1913, p. 505). Em 1918, a média de exportações de café que passava pela estação local da Estrada de Ferro Muzambinho chegou a atingir 200 mil sacas, sendo 125 mil dessas sacas produzidas na cidade de Varginha, mas incluída a produção de Carmo da Cachoeira, que ainda não havia se emancipado. As 75 mil sacas restantes eram de municípios vizinhos (LEFORT, 1950 apud SALES, 2003, p. 285).

E em meio às transformações urbanas pelas quais passava a cidade, as instituições bancárias chegaram na quarta década de sua formação, depois que o espaço urbano se desenvolvia de forma gradual. Em 1912 foi inaugurada uma agência do Banco do Brasil e, em 1915, uma agência do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Geraes.

As primeiras fábricas que surgiram no município contavam com bases ainda arcaicas, se comparadas às indústrias, por exemplo, de cidades da Zona da Mata mineira, como Juiz de Fora<sup>11</sup>, no mesmo período em que se analisa Varginha. Foi em 1893 que surgiu o primeiro estabelecimento industrial da cidade: a fábrica de vinhos produzia cinco pipas anualmente, sendo 300 mil réis cada uma. As cinco pipas produzidas por ano correspondiam a 2.486.000 litros de vinho, que eram consumidos localmente. Além da

---

<sup>11</sup> Sobre a economia de Juiz de Fora na passagem para o século XX, cf.: PIRES (2009).

fábrica de vinhos, em 1893, Varginha contava com uma fábrica de meias de lã (SALES, 2003, p. 279-280).

O café, que era um dos principais produtos de exportação do município, também estava ligado à indústria. “Entre os principais estabelecimentos industriais, destacam-se os destinados ao beneficiamento e rebeneficiamento do café, todos localizados em proximidade da estação férrea de Varginha” (RUBIÃO, 1919 apud SALES, 2003, p. 279-280).

Em relação às demais indústrias em Varginha, Fonseca e Liberal (1920) afirmaram que se destacavam os estabelecimentos de: aguardente, rapadura, manteiga, e as oficinas mecânicas (FONSECA & LIBERAL, 1920 apud SALES, 2003, p. 208-281).

Entre o início do século XIX e o início do século XX, Varginha se transformou de um arraial em um município. Alguns fatores contribuíram para aquela transformação, especialmente urbana, como a introdução do café; os comércios e a chegada da estação ferroviária; a construção dos dois primeiros bancos; as primeiras fábricas. Além disso, outros fatores foram importantes para a consolidação social, econômica e cultural do município, como os que dizem respeito às singularidades da cultura material local.

### **3. Os objetos materiais ou os bens móveis do cotidiano de habitantes de Varginha (1882-1920)**

Ainda que os inventários *post-mortem*, bem como outras fontes históricas, apresentam limitações ao pesquisador<sup>12</sup>, são fontes essenciais para entendimento da cultura material de uma determinada localidade, pois descrevem todos os bens (móveis, imóveis rurais e urbanos, animais, dívidas, dentre outros) que uma pessoa possuía até a data de sua morte, tendo sido usados, no caso deste artigo, para entendimento dos bens móveis (objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e instrumentos de trabalho) do cotidiano de Varginha<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Sobre as possibilidades de utilização e limitações dos inventários, cf.: FURTADO (2015, p. 93-118).

<sup>13</sup> Dentre trabalhos que partiram de inventários *post-mortem* para estudo de cultura material ver: FARIA (1993). ANDRADE (2004). BORREGO (2017).

Por meio de 275 processos de inventários *post-mortem* pertencentes ao município de Varginha e que se encontram sob a guarda do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, foi possível ser elaborada a tabela 1 descrita abaixo:

**Tabela 1.** Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários *post-mortem* do município de Varginha (1882-1920)

DESCRIÇÃO	PERÍODO			
	1882-1889	1890-1899	1900-1909	1910-1920
Bens Móveis	6,43%	4,47%	5,10%	1,83%
Imóveis Rurais	58,10%	40,12%	43,97%	50,83%
Imóveis Urbanos	3,47%	4,36%	6,88%	7,47%
Culturas e Mantimentos	5,48%	15,60%	8,31%	3,86%
Animais	5,82%	6,44%	6,73%	3,87%
Escravos	7,20%	-	-	-
Dinheiro	0,44%	4,47%	8,25%	3,21%
Dívidas Ativas	13,07%	24,56%	20,51%	28,87%
Monte-mor <sup>14</sup>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Dívidas Passivas	3,79%	10,37%	8,52%	9,37%
Monte-partível <sup>15</sup>	<b>96,23%</b>	<b>89,63%</b>	<b>91,23%</b>	<b>90,57%</b>

Fonte: FERREIRA, 2017, p. 166.

Conforme mostra a tabela 1, a alocação da riqueza dos inventariados do município de Varginha revela a maior parte do investimento nos bens imóveis rurais, característica do Sul de Minas na época. Na primeira e na última década de análise, os investimentos nos imóveis rurais representavam mais da metade do investimento total da população inventariada. O segundo maior investimento, em todas as décadas do período de 1882 até 1920 foi nas dívidas ativas<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> A soma de todos os bens do inventariado era denominada de monte-mor

<sup>15</sup> Deduzidas do monte-mor as dívidas passivas, o que restava era o monte-partível: o que seria dividido entre os herdeiros do falecido.

<sup>16</sup> Na passagem do XIX para o XX, acontecimentos políticos e econômicos marcaram a economia brasileira, dentre outros, a política dos governadores e o encilhamento. Este último gerou distorções para o sistema financeiro nacional e o Brasil viveu uma época de surto inflacionário. Assim, utilizou-se como método para deflacionar os valores das riquezas do conjunto de inventários a transformação dos réis em libras esterlinas. A libra foi a moeda que melhor cobriu o período de análise sem sofrer grandes alterações de valor. Esse método já foi utilizado por alguns autores. Dentre outros, cf.: FRAGOSO (1990).

A categoria de bens móveis (que abarca objetos de uso pessoal, utensílios domésticos e instrumentos de trabalho) representava pouco do total do monte-mor. Em comparação com os bens imóveis, por exemplo, é possível dizer que estes eram bens com valor monetário muito mais alto por serem casas de morada, terrenos com ou para culturas, grandes extensões de terras virgens; então, tais bens concentravam a maior parte da riqueza. Fazendo-se uma média do investimento, os bens móveis envolveram cerca de 4,45% do monte-mor total. Ainda assim, a categoria de bens móveis é importante para compreensão do tema de cultura material em Varginha.

Os objetos materiais ou bens móveis estavam presentes em praticamente todos os processos. Como bens móveis, os mais frequentes que apareciam nos inventários eram as mobílias de dentro das casas: da cozinha, eram mesas e cadeiras, pratos, canecas, copos, garrafas, talheres e panelas, bules e armários; dos quartos eram catres, camas, cômodas e guarda roupas; das salas apareciam sofás ou marquesas. Dentre os bens móveis também eram listados, entre outros: relógios de parede, tachos e bacias (usados nos engenhos), teares e rodas de fiar, máquinas de costura, alambiques, enxadas, machados, carros de bois e armas (garruchas e espingardas).

Dentre os instrumentos de trabalho, é possível citar, dentre outros, o processo de inventário de Gabriel José Junqueira, de 1883, em que na categoria de bens móveis foram descritos, dentre outros, 16 tachos de cobre e duas bacias. No conjunto de bens móveis de Joana Maria de Jesus, falecida em 1883, dentre os objetos foram encontrados: um tacho de cobre de 8 quilos, três tachos de 4 quilos, um alambique e 11 enxadas. No inventário do coronel Antônio Justiniano dos Reis, falecido no distrito de Carmo da Cachoeira em 1919, foi encontrado um carro de bois<sup>17</sup>.

Nos casos de inventários de comerciantes, os bens móveis eram, sobretudo, o que comercializavam os inventariados. Assim, em alguns processos, nos bens móveis havia

---

<sup>17</sup> Antônio Justiniano dos Reis foi importante coronel do distrito de Carmo da Cachoeira. Faleceu em 1919 no distrito e deixou como herdeiros sua viúva, Idalina Elisa da Costa Reis e 11 filhos, com idades entre 15 e 35 anos. O monte mor do coronel era de aproximadamente 315 contos e 900 mil réis, um valor alto de riqueza dentro do conjunto dos 275 inventariados do município de Varginha entre 1882 e 1920. Do espólio do coronel de Carmo da Cachoeira, 70,43% era investimento em bens imóveis rurais (terras virgens, extensões de terras com e para cultura e casas de morada na zona rural). Como bem móvel foi descrito apenas um carro de bois. Para mais informações sobre Antônio Justiniano dos Reis, cf.: FERREIRA, 2016.

descrito apenas “fundo da farmácia” ou “fundo do negócio” e o valor dos bens móveis do comércio. Serão citados alguns exemplos: dentre outros bens móveis do inventário de Maria Francellina de Jesus, datado de 1884, a maior parte do valor dos bens avaliados correspondia a pouco mais de 12 contos e 300 mil réis de uma casa comercial; o valor dos bens da casa comercial correspondia a 99,5% do valor dos bens móveis totais. O processo de inventário de João José Pereira, de 1896 continha, dentre outros bens móveis, o fundo do negócio, no valor aproximado de 14 contos de réis, o que correspondia a pouco mais de 95% do conjunto dos bens móveis.

Em alguns casos, o inventariado não era descrito como comerciante, o que não impossibilitava de compreender sua função: no inventário de José Justiniano de Paiva, do ano de 1896, além dos bens móveis de dentro das casas, encontrou-se, em grande quantidade, peças de chita, peças de lã, peças de renda, metros de him e casimira, camisas de chita e de algodão, paletós de algodão, pares de meias, chapéus, toucas, espelhos, caixas de fitas e de linhas, botões, tesouras, barbantes e luvas. Certamente, o inventariado comercializava aqueles objetos.

Dentro da categoria de bens móveis, foi possível encontrar alguns objetos diferenciados, que aparecia em determinados documentos<sup>18</sup>. No inventário de Francisca de Oliveira, falecida em 1892, foi possível encontrar, dentre outros bens móveis, um relógio, um rosário e um colar, todos de ouro, além de um par de brincos de plaque a ouro. No inventário de Joaquina Rosa da Silva, cujo processo foi de 1893, também foram listados dois rosários e um par de brincos de ouro. No documento do barão de Lavras (João Alves de Gouvêa), falecido em 1889, foram listados, dentre os bens móveis, um relógio com corrente de ouro, duas medalhas, seis botões, duas canetas e dois relicários, todos os bens de ouro

No inventário de Domingos Pinto Ribeiro, falecido em 1886, foram listados alguns livros, dentre eles quatro do “Catecismo de Perseverança” e dois de “Medicina Doméstica”. O barão de Lavras também apresentava livros em seu espólio, eram eles: três

---

<sup>18</sup> Bens diferenciados no contexto varginhense serão bens importados (como tecidos), objetos de luxo (como peças de ouro) e bens presentes apenas em poucos processos de inventários (como livros ou instrumento musical).

volumes da Bíblia Sagrada, do ano de 1855, um dicionário, um “Catecismo de Perseverança” e diversos volumes de “Leitura, História e Poesia”. No inventário de José Justiniano de Paiva, falecido em 1896, havia, entre os bens móveis, além das peças para costura listadas anteriormente – inclusive, entre elas alguns tecidos italianos – duas chocolateiras e livros, seis com o título de “Deveres da Civilidade”, oito Atlas Universais, cinco gramáticas portuguesas e mais alguns outros. Paulino José Franco de Carvalho, falecido em 1908 possuía, dentre seus bens móveis, um piano e uma estante com livros.

No inventário de Mariana Augusta de Oliveira, de 1917, foi possível notar um cofre de ferro. No processo de inventário de Anna Jacintha de Rezende, falecida 1918, foi encontrado, dentre os bens móveis, um talher francês de *crystofle*; o único talher de *crystofle* correspondia ao preço de diversas peças de louças juntas ou de um guarda roupas que a inventariada possuía na época: 40 mil réis. Com o preço do talher de *crystofle* era possível ser adquirido também um animal, considerando os preços de animais na época.

Por meio dos bens móveis pode-se notar, portanto, um padrão de consumo diferenciado de alguns membros da sociedade varginhense: peças de ouro, chocolateiras, livros, tecidos e louças importadas não estavam presentes em todos os processos de inventários, mas apenas numa pequena parte deles. Esses bens diferenciados eram a grande maioria importados, já que acredita-se que em Varginha não havia fábricas voltadas para aqueles bens móveis na época.

O que foi observado em Varginha não era especificidade apenas do município. Em estudo que envolveu elementos de cultura material para Alfenas na época da segunda metade do século XIX, Martins (2016) escreveu que lá se fazia presente a “rusticidade da vida rural que convivia com pequenos luxos nas casas de grandes fazendeiros: louças importadas, móveis torneados em madeira de lei, talheres e castiçais de prata, copos de cristais, relógios de ouro, etc (...)” (MARTINS, 2016, p. 184).

Tanto Varginha como Alfenas apresentaram especificidades parecidas: bens rústicos se misturavam com bens de consumo tidos como modernos, característica de cidades Sul mineiras de meados do século XIX e do século XX. Cidades que se emanciparam em épocas em que o Brasil passava por transformações sociais, urbanas e econômicas que influenciaram a cultura material das mais diferentes localidades. A

cultura brasileira (das elites, especialmente) era a de copiar padrões de consumo considerados modernos dos países desenvolvidos, e tais padrões se misturavam aos padrões de consumo oriundos do espaço rural das cidades em formação<sup>19</sup>.

Vale frisar que a cultura material municipal passava por transformações, já que moradores do município conviviam ao mesmo tempo com bens rústicos ou instrumentos de trabalho característicos daquela regionalidade (como tachos, alambiques, enxadas e carros de bois) misturados aos bens ordinários (como utensílios domésticos, por exemplo pratos, copos, panelas, garrafas) e bens diferenciados (como um talher francês de *crystofle* ou objetos de uso pessoal de ouro e objetos importados).

#### 4. Considerações Finais

A passagem do século XIX para o XX foi um período de transformações urbanas e crescimento econômico para diferentes partes do mundo. A partir da década de 1880, “(...) o impacto da Revolução Científico-Tecnológica se faz sentir na sua plenitude, alterando tanto os hábitos e costumes cotidianos quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicações e do trabalho (...)” (SEVCENKO, 1998, p. 11). Grosso modo, o mundo sentiu os efeitos da Segunda Revolução Industrial. “No curso de seus desdobramentos surgirão, apenas para se ter uma breve ideia, os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica e a ampla gama de utensílios eletrodomésticos (...)” (SEVCENKO, 1998, p. 09).

Assim, o objetivo principal deste trabalho foi o de compreender as transformações da cultura material do município de Varginha na passagem para o novecentos, dando destaque objetos materiais. As transformações às quais diferentes partes do mundo passavam também chegaram à Varginha, embora com as limitações de um município do interior brasileiro.

Com base nos dados e informações dos inventários *post-mortem*, foi possível notar, por um lado, que os instrumentos de trabalho (alambiques, enxadas, tachos, carros de bois, dentre outros) mostravam uma característica comum de municípios que se emancipavam no Sul de Minas daquele cenário: a importância das atividades voltadas ao

---

<sup>19</sup> Sobre mimetização de padrões de consumo da elite brasileira, cf.: FURTADO (1971); Idem (1975).

campo; por outro lado, objetos que podem ser considerados diferenciados para a sociedade varginhense (como peças de ouro e objetos importados), conviviam com os bens mais ordinários (como mesas, cadeiras, pratos e copos). O consumo de objetos diferenciados retratava a absorção de novos bens de consumo para aquela sociedade. Ocorria, portanto, uma mistura dos bens rústicos com os ordinários e os diferenciados. A cultura material de habitantes do município Sul mineiro passava por transformações.

## REFERÊNCIAS

### Fontes manuscritas

Inventários *post-mortem*, presentes nos Arquivos do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG):

- Joana Maria de Jesus, 1883.
- Gabriel José Junqueira, 1883.
- Maria Francellina de Jesus, 1884.
- Domingos Pinto Ribeiro, 1886.
- Barão de Lavras (João Alves de Gouvêa), 1889.
- Francisca de Oliveira, 1892.
- Joaquina Rosa da Silva, 1893.
- João José Pereira, 1896.
- José Justiniano de Paiva, 1896.
- Matheus Tavares da Silva, 1905.
- Paulino José Franco de Carvalho, 1908.
- Mariana Augusta de Oliveira, 1917.
- Antônio Justiniano dos Reis, 1919.

### Fontes impressas

*Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes*, inspecionados de 09/04/1910 a 30/11/1913 – Serviço de inspeção e defesa agrícola de Minas Gerais (Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio). Rio de Janeiro: Typografia do Serviço de Estatística, 1913.

VEIGA, B. S. *Almanach Sul-Mineiro para 1874* – Município do Espírito-Santo da Varginha. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

VEIGA, B. S. *Almanach Sul-Mineiro para 1884* – Município do Espírito-Santo da Varginha. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

### Referências bibliográficas

ABREU, P. V. L.; LIMA, J. J. F.; FISCHER, L. R. C. “Aflorar, arrumar e alinhar: a atuação da Câmara Municipal de Belém na configuração urbano-fundiária da cidade

durante o século XIX”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nova Série, vol. 26, 2018, p. 1-55. e29.

ALMEIDA, A. J. “Indumentária e moda: seleção bibliográfica em português”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 3, p. 251-296, jan./dez. 1995.

ANDRADE, M. F. “Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 12, p. 91-128, jan./dez., 2004.

ÁVILA, A. “Varginha: formação e evolução”. *Fundação João Pinheiro*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983.

BORREGO, M. A. M. “Das caixas da casa colonial às arcas do Museu Paulista”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 25, n. 1, p. 199-225, jan./abril, 2017.

BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes. Vol. 1: As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível, 1997; Vol. 2: Os jogos das trocas, 1998; Vol. 3: O tempo do mundo, 1996.

CAMPOS, E. “Nos caminhos da luz, antigos palacetes da elite paulistana”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 13, n. 1, p. 11-57, jan./jun., 2005

FARIA, S. S. C. “Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacases, sécs. XVIII e XIX”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. n. 1, p. 107-129, 1993.

FERREIRA, N. S. “Entre pai e filho: análise das riquezas em duas gerações de uma família da elite agrária do município de Varginha (MG) no início do século XX”. *Espaço Plural*. Marechal Cândido Rondon. Ano XVII, n. 35, p. 82-113, 2º semestre de 2016.

\_\_\_\_\_. *Elite Agrária e processo de Urbanização: o município de Varginha-MG (1882-1920)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FRAGOSO, J. L. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*. Tese (Doutorado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

\_\_\_\_\_. “Dependencia externa y teoría económica”. In: *El Trimestre Económico*, México, DF: Fondo de Cultura Económica, vol.38, n.150, p. 335-349, 1971.

\_\_\_\_\_. *Análise do Modelo Brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

FURTADO, J. F. Testamentos e Inventários – A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2015, P. 93-118.

- MARTINS, M. L. “Paisagens do passado no Sul de Minas: os ambientes rurais regionais e sua transformação pelo avanço da cafeicultura (décadas de 1870-1920)”. In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L.; GAMBI, T. F. R. (Orgs.). *Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX*. São Paulo: Alameda, 2016. P. 173-201.
- MCCRACKEN, Grant. *Cultura e Consumo – Novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Tradução de Fernanda Eugenio. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- \_\_\_\_\_. “A marcha do café no Sul de Minas, décadas de 1880-1920: Alfenas, Minas Gerais”. In: MENeses, U. T. B.; CARNEIRO, H. “A História da Alimentação: balizas historiográficas”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 5, p. 9-91, jan./dez. 1997.
- MILLER, D. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- \_\_\_\_\_. “Consumo como Cultura Material”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, pp. 33-63, jul./dez. 2007.
- OLIVEIRA, M. L. F. “Em casas térreas com alcovas. Formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e 1900”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 8/9, p. 56-76 (2000-2001). Editado em 2003.
- OLIVEIRA, M. F. *Consumo e cultura material, São Paulo “Belle Époque” (1890-1915)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- PIRES, A. *Café, Finanças e Indústria: Juiz de Fora (1889/1930)*. Juiz de Fora: Edições Funalfa, 2009.
- REDE, M. “História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 4, p. 265-282, jan./dez. 1996.
- ROCHE, D. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- SALES, J. R. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.
- SEVCENKO, N. “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: \_\_\_\_\_. *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.